

# Contradições e Desafios na Educação Brasileira 3

---

Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)



**Willian Douglas Guilherme**

(Organizador)

# **Contradições e Desafios na Educação Brasileira**

**3**

Atena Editora

2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Geraldo Alves  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof.<sup>a</sup> Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.<sup>a</sup> Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
C764	Contradições e desafios na educação brasileira 3 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Contradições e Desafios na Educação Brasileira; v. 3)  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-375-0 DOI 10.22533/at.ed.750190106  1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais. 3. Educação – Inclusão social. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.  CDD 370.710981
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior   CRB6/2422</b>	

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná - Brasil

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

Atena  
Editora

Ano 2019

## APRESENTAÇÃO

O livro “Contradições e Desafios na Educação Brasileira” foi dividido em 4 volumes e reuniu autores de diversas instituições de ensino superior, particulares e públicas, federais e estaduais, distribuídas em vários estados brasileiros. O objetivo desta coleção foi de reunir relatos e pesquisas que apontassem, dentro da área da Educação, pontos em comuns.

Neste 3º Volume, continuamos com a “Interdisciplinaridade e educação” e abordamos a “Educação especial, família, práticas e identidade”, agrupando, respectivamente, na 1ª parte, 11 artigos e na 2ª, 12 artigos.

A coleção é um convite a leitura. No 1º Volume, os artigos foram agrupados em torno das “Ações afirmativas e inclusão social” e “Sustentabilidade, tecnologia e educação”. No 2º Volume, abordamos a “Interdisciplinaridade e educação” e “Um olhar crítico sobre a educação”. E por fim, no 4º e último Volume, reunimos os artigos em torno dos temas “Dialogando com a História da Educação Brasileira” e “Estudo de casos”, fechando a publicação.

Entregamos ao leitor o livro “Contradições e Desafios na Educação Brasileira” com a intenção de cooperar com o diálogo científico e acadêmico e contribuir para a democratização do conhecimento. Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A CONCEPÇÃO DOS PROFESSORES DE MATEMÁTICA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO SOBRE A ESCOLARIZAÇÃO DOS ALUNOS CARACTERIZADOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	
<i>Edineide Rodrigues dos Santos</i> <i>Maria Edith Romano Siems-Marcondes</i> <i>Maristela Bortolon de Matos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7501901061</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>17</b>
A EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A IMPORTÂNCIA DO “MOVIMENTAR-SE”	
<i>Lady Ádria Monteiro dos Santos</i> <i>Gerleison Ribeiro Barros</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7501901062</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>30</b>
BIOQUÍMICA DO PÃO: VISÃO DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO SOBRE FERMENTO BIOLÓGICO E FERMENTAÇÃO	
<i>Larissa de Lima Faustino</i> <i>Helen Caroline Valter Fischer</i> <i>Luana Felski Leite</i> <i>Flávia Ivanski</i> <i>Juliana Sartori Bonini</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7501901063</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>39</b>
CURSOS DE HABILITAÇÃO AO MAGISTÉRIO: IMPLICAÇÕES NA FORMAÇÃO DOCENTE DE CRUZEIRO DO SUL/AC	
<i>Ana da Cruz Ferreira</i> <i>Maria Irinilda da Silva Bezerra</i> <i>Yasmin Andria Araújo Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7501901064</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>51</b>
DESAFIOS NO ENSINO EXPERIMENTAL EM QUÍMICA NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE VIANA - ESPÍRITO SANTO	
<i>Nahun Thiaghor Lippaus Pires Gonçalves</i> <i>Michele Waltz Comaru</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7501901065</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>63</b>
EXPERIÊNCIA ESTÉTICO SOCIAL EM ARTE: O CAMINHO COMO MÉTODO NOS APRENDIZADOS EM ARTE	
<i>Laura Paola Ferreira</i> <i>Eloisa Mara de Paula</i> <i>Fabrcio Andrade</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7501901066</b>	

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>76</b>
FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMO INSTRUMENTO DE MOTIVAÇÃO E AUTOESTIMA DO PROFESSOR	
<i>Cinthy Maduro de Lima</i>	
<i>Adriana Nunes de Freitas</i>	
<i>Mariene de Nazaré Andrade Sales</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7501901067</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>82</b>
FORMAS E CORES: BRINCANDO E DESENVOLVENDO AS PRIMEIRAS NOÇÕES DE GEOMETRIA NA EDUCAÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA	
<i>Lindaura Marianne Mendes da Silva</i>	
<i>Luciana Cristina Porfírio</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7501901068</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>98</b>
INTERDISCIPLINARIDADE, O QUE PODE SER?	
<i>Núbia Rosa Baquini da Silva Martinelli</i>	
<i>Francieli Martins Chibiaque</i>	
<i>Jaqueline Ritter</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7501901069</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>108</b>
O USO DO MAGNETÔMETRO NO ENSINO DE ELETROMAGNETISMO MAGNETOMETER USE ON ELETROMAGNETISM TEACHING	
<i>Karoline Zanetti</i>	
<i>Jucelino Cortez</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.75019010610</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>119</b>
REDESIGN DE UMA SEQUÊNCIA DE ENSINO APRENDIZAGEM SOBRE AROMAS PARA O ENSINO DE QUÍMICA	
<i>Elton Kazmierczak</i>	
<i>Jeremias Borges da Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.75019010611</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>132</b>
A INTEFERFACE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA	
<i>Edineide Rodrigues dos Santos</i>	
<i>Maristela Bortolon de Matos</i>	
<i>Sérgio Luiz Lopes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.75019010612</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>146</b>
A RELAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA E NOS ESPAÇOS EDUCATIVOS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A SOCIEDADE NOS DIAS ATUAIS	
<i>Carla Agda Lima de Souza</i>	
<i>Cláudio Ludgero Monteiro Pereira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.75019010613</b>	

<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>154</b>
EDUCAÇÃO ESPECIAL, INCLUSÃO E AS DIRETRIZES MUNICIPAIS DE BRUSQUE (SC)	
<i>Camila da Cunha Nunes</i>	
<i>Amanda Alexssandra Vailate Fidelis</i>	
<i>Nadine Manrich</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.75019010614</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>164</b>
EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO: NARRATIVAS DE UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UEPA	
<i>Diana Lemes Ferreira</i>	
<i>Rejane Pinheiro Chaves</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.75019010615</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>171</b>
IGUALDADE DE OPORTUNIDADE PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO	
<i>Sandra Lia de Oliveira Neves</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.75019010616</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>178</b>
INTERFACES DA PESQUISA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOCENTE EM ARTES VISUAIS	
<i>Leda Maria de Barros Guimarães</i>	
<i>Moema Martins Rebouças</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.75019010617</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>191</b>
O DESAFIO DO PROFESSOR DIANTE DO PROCESSO DE INCLUSÃO NO IFAC: REFLEXÕES SOBRE O ENSINO-APRENDIZAGEM DE LÍNGUA ESPANHOLA MEDIADO PELO SISTEMA BRAILLE	
<i>José Eliziário de Moura</i>	
<i>Paulo Eduardo Ferlini Teixeira</i>	
<i>Erlande D'Ávila do Nascimento</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.75019010618</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>205</b>
O ESTUDO DOS SIGNOS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DOCENTE E DISCENTE	
<i>Lucas Antunes Tenório</i>	
<i>Marcela dos Santos Barbosa</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.75019010619</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>217</b>
PERSPECTIVAS DOCENTES SOBRE O EDUCAR E O CUIDAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
<i>Heloisa Alves Carvalho</i>	
<i>Lucy Ferreira Sofiete</i>	
<i>Maria Alice Araújo</i>	
<i>Daniane Xavier dos Santos</i>	
<i>Tatiane Tertuliano Mota da Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.75019010620</b>	

<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>228</b>
RECOMENDAÇÕES DE AÇÕES E TECNOLOGIAS PARA A ACESSIBILIDADE DE SURDOS EM CURSO DE PROGRAMAÇÃO A DISTÂNCIA	
<i>Márcia Gonçalves de Oliveira</i>	
<i>Gabriel Silva Nascimento</i>	
<i>Mônica Ferreira Silva Lopes</i>	
<i>Anne Caroline Silva</i>	
<i>Lucinéia Barbosa da Costa Chagas</i>	
<i>Jennifer Gonçalves do Amaral</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.75019010621</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>240</b>
RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: CONCEITOS E DIRETRIZES	
<i>Bianca Santana Fonseca</i>	
<i>Ítalo Anderson dos Santos Araújo</i>	
<i>Liliane Caraciolo Ferreira</i>	
<i>Alvany Maria dos Santos Santiago</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.75019010622</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>262</b>
SISTEMA SENSORIAL: UMA DINÂMICA PARA ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
<i>Helen Caroline Valter Fischer</i>	
<i>Glaucia Renee Hilgemberg</i>	
<i>Larissa de Lima Faustino</i>	
<i>Juliana Sartori Bonini</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.75019010623</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>271</b>

## IGUALDADE DE OPORTUNIDADE PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

**Sandra Lia de Oliveira Neves**

Juiz de Fora – MG

**RESUMO:** O presente trabalho tem como foco de estudo o direito de igualdade de oportunidade das pessoas com deficiência no sistema educacional brasileiro. As políticas públicas, voltadas para a inclusão dos alunos com deficiência, são questões que fazem parte do contexto escolar da atual sociedade e requerem atenção especial, para que se possa criar um espaço escolar que atenda às necessidades dos alunos e possibilite a inclusão de todos dentro das instituições de ensino. Para a realização deste trabalho, empregou-se como metodologia a análise bibliográfica e documental acerca das ações governamentais de inclusão escolar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas Públicas, Inclusão, Igualdade de oportunidade; Pessoas com deficiência.

### 1 | INTRODUÇÃO

O trabalho enfoca as ações governamentais em favor da inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular. A metodologia empregada neste trabalho baseia-se na análise documental das políticas

públicas educacionais brasileiras, com ênfase nos livros de Domínio Público do Ministério da Educação, sobre Saberes e Práticas da Inclusão e sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI). O trabalho é de cunho descritivo, utilizando-se de pesquisa bibliográfica e documental.

Na visão de Stainback (1999, p.21) “a educação é uma questão de direitos humanos, e os indivíduos com deficiências devem fazer parte das escolas, as quais devem modificar seu funcionamento para incluir todos os alunos”. Dessa forma, levantamos a seguinte questão para entender o processo de inclusão da pessoa com deficiência no Brasil.

Formulam-se políticas públicas em favor da igualdade de oportunidades, de inclusão, de valorização da dignidade humana e de respeito, mas como entender todo esse processo, num cenário educacional onde ainda se encontra um panorama de ações excludentes?

Tal indagação faz parte do contexto educacional contemporâneo e consiste muitas das vezes em um grande desafio que ainda precisa ser superada no âmbito educacional.

## 2 | INCLUSÃO - IGUALDADE DE OPORTUNIDADE

O avanço tecnológico abriu as portas para o acesso às diversas culturas. As nações conectaram-se e formou-se uma rede onde tudo e todos estão misturados, onde valores, crenças, ideias se expandiram. Nesse contexto surgem as políticas públicas inclusivas que visam amenizar as discriminações e os preconceitos existentes no mundo globalizado.

O reconhecimento do sujeito como partícipe da organização social é a causa dos muitos movimentos sociais que, lutam cada qual com seus argumentos, para conquistar seu espaço nos grupos sociais que compõem a vida em sociedade. Gohn (2011) discorre que:

A relação movimento social e educação existe a partir das ações práticas de movimentos e grupos sociais. Ocorre de duas formas: na interação dos movimentos em contato com instituições educacionais, e no interior do próprio movimento social, dado o caráter educativo de suas ações. No meio acadêmico, especialmente nos fóruns de pesquisa e na produção teórico-metodológica existente, o estudo dessa relação é relativamente recente. A junção dos dois termos tem se constituído em “novidade” em algumas áreas, como na própria Educação – causando reações de júbilo pelo reconhecimento em alguns, ou espanto e estranhamento – nas visões ainda conservadoras de outros (GOHN, 2011, p.334)

As pessoas com deficiência conquistaram o direito à igualdade de oportunidades dentro do sistema educacional regular, entretanto, não basta apenas estarem incluídas no meio, é preciso que também recebam toda a assistência de que necessitam para a aprendizagem do currículo escolar e para estabelecer suas relações sociais. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência visa garantir a igualdade de oportunidade.

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. (Lei nº 13.146, 2015)

Mantoan (2013, p.35), em relação aos desafios da educação inclusiva relata que o maior deles: “é convencer os pais, especialmente os que têm filhos excluídos das escolas comuns, de que precisam fazer cumprir o que o nosso ordenamento jurídico prescreve quando se trata do direito à educação”.

Stainback (1999, p. 23) ressalta que: “as pessoas com deficiência ficam preparadas para a vida em comunidade quando são incluídas nas escolas e nas salas de aula”. A escola, a sala de aula são espaços de aprendizagem e vivência e numa sociedade multicultural, esses espaços são repletos de diferenças, e tal diversidade sugere inúmeras formas de se aprender e agir e, quando a diversidade é trabalhada de forma consciente e respeitosa, ela contribui para a formação do cidadão e para a formação de um sujeito crítico e reflexivo.

A oportunidade de conviver com seus pares, respeitando as diferenças entre

eles, cria, no ambiente educacional, uma equipe cooperativa que desenvolve atitudes que beneficiam o crescimento de todos independente de terem ou não deficiência. Aprender a conviver com todas as pessoas não é só importante para aqueles com deficiência, é importante para todos. A sociedade é composta por múltiplas identidades que, por sua vez, participam da construção do meio social. Paín (1985), sobre a dimensão social do processo de aprendizagem, fala:

No nível social, podemos considerar a aprendizagem como um dos pólos do par ensino-aprendizagem, cuja síntese constitui o processo educativo. Tal Processo compreende todos os comportamentos dedicados à transmissão da cultura, inclusive os objetivados como instituições que, específica (escola) ou secundária (família), promovem a educação. (PAÍN, 1985, p. 17)

Reformular e reestruturar as instituições de ensino para construir um sistema educacional inclusivo constituem ações que demandam tempo, vontade e interesse por parte dos envolvidos no processo. Reconhecer e respeitar a diversidade local contribui para entender, aceitar e cooperar a diversidade global.

Promover uma relação entre os alunos com deficiência com a comunidade, família, setor educacional e de saúde, a fim de oportunizar a integração social dos mesmos, é uma das questões acordadas na Declaração de Salamanca, que declara publicamente o direito de toda criança à educação.

Reabilitação comunitária deveria ser vista como uma abordagem específica dentro do desenvolvimento da comunidade objetivando a reabilitação, equalização de oportunidades e de integração social de todas as pessoas portadoras de deficiências; deveria ser implementada através de esforços combinados entre as pessoas portadoras de deficiências, suas famílias, e comunidades e os serviços apropriados de educação, saúde, bem-estar e vocacional. (SALAMANCA, Item 20)

O distanciamento entre os sujeitos implica na dificuldade de relacionamento e de aprendizado. Para Mantoan (2013, p.37) “a inclusão implica uma mudança de paradigma educacional, que gera a reorganização das práticas escolares: planejamentos, formação de turmas, currículo, avaliação, gestão do processo educativo”.

Conferências Mundiais visam criar, ampliar e garantir o direito de todos. O Brasil é membro participante de acordos mundiais em prol da inclusão como no acordo da referida Declaração de Salamanca, ocorrido na Espanha. Diante desse novo contexto social e educacional, formula, implanta e monitora políticas públicas inclusivas, a fim de combater a exclusão, a segregação, a discriminação e o preconceito que permeiam a vida social das pessoas com deficiências, garantindo a esse grupo a igualdade de oportunidade de acesso, permanência e aprendizagem dentro do sistema educacional de ensino regular.

### 3 | MEC, PNE E LBI: AÇÕES EM PROL DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO REGULAR NO BRASIL

O Ministério da Educação (MEC) expediu em 2005 o Documento subsidiário à política de inclusão, (doravante DSPI), a fim de auxiliar os sistemas educacionais brasileiros na construção de uma escola inclusiva que valoriza e respeita a diversidade.

No Brasil o direito à educação é garantido por lei a todos, independente, de suas necessidades específicas. A Constituição Brasileira garante aos cidadãos, sem exceção, a oportunidade de se preparar para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (art. 205, CF). Um dos princípios bases do ensino é a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (art. 206, I, CF). O acesso à educação garantido pela legislação brasileira não discrimina as pessoas com deficiência, pelo contrário, lhes permite o acesso ao ensino regular, reconhecendo que todos gozam do direito à educação.

O atual Plano Nacional de Educação/PNE (2014-2024), em sua meta 4, discorre sobre a política da educação especial / inclusiva, enfatizando o direito dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação a frequentar a sala de aula comum e, quando se fizer necessário, receber o atendimento educacional especializado.

**Meta 4:** universalizar, para a população de quatro a dezessete anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou convencionais. (PNE, 2014/2014, p. 55)

A valorização das potencialidades das pessoas com deficiência permeia as metas e estratégias propostas pelo poder público para a construção dos planos pedagógicos educacionais que garantam o acesso de todos os alunos à educação, construindo um espaço escolar favorável à igualdade de oportunidades e a participação ativa de todos.

A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) que tem como base a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a necessidade de serviços públicos para atender à demanda da população. Seu objetivo é de progredir nas conquistas dos direitos, proporcionando uma redução da exclusão das pessoas com deficiência. A LBI destina-se a garantir as condições de igualdade, promovendo a inclusão social.

Em relação à formação continuada do professor e as reflexões necessárias para a construção de um sistema educacional inclusivo, o DSPI ressalta:

A formação do professor deve ser um processo contínuo, que perpassa sua prática com os alunos, a partir do trabalho transdisciplinar com uma equipe permanente de apoio. É fundamental considerar e valorizar o saber de todos os profissionais da educação no processo de inclusão. Não se trata apenas de incluir um aluno, mas de repensar os contornos da escola e a que tipo de Educação estes profissionais

têm se dedicado. Trata-se de desencadear um processo coletivo que busque compreender os motivos pelos quais muitas crianças e adolescentes também não conseguem encontrar um “lugar” na escola.

Para isso, não bastam informações e imperativos, mas verdadeiros processos de reflexão que levem os grupos a considerar qual é o discurso que se produz na sua prática. Os discursos institucionais tendem a produzir repetições, buscando garantir a permanência do igual, do já conhecido, como forma de se proteger da angústia provocada pelo novo. Ao reconhecer que faz parte de um sistema regulado por algumas práticas já cristalizadas, o grupo terá condições de buscar mecanismos que possibilitem a discussão e análise das questões que envolvem o seu fazer, ressignificando as relações entre sujeitos, saberes e aprendizagens e criando novas práticas inclusivas. Dessa forma, cada contexto escolar deveria se situar como autor de seu projeto pedagógico, levando em conta as suas experiências. (MEC, DSPI, p. 21, 22)

O reconhecimento e o respeito às múltiplas identidades oportuniza a convivência, a aprendizagem e valoriza as diferenças. A instituição de ensino que se adequa às necessidades de seus alunos e proporciona condições favoráveis de trabalho para seus professores produz oportunidades iguais para todos. De acordo com Sem & Kliksberg (2010, p. 43) “a diversidade plural pode ser muito unificadora, de uma forma que um sistema único de divisões predominantes não é”.

Quando se fala em alunos com deficiências múltiplas, logo se pensa em uma série de deficiências associadas, porém, independente dessas deficiências, o importante não é a soma das anomalias e sim a valorização do potencial desses alunos. O desenvolvimento da aprendizagem é bem variado e depende, muitas vezes, da adaptação do aluno ao meio educacional:

O conceito de necessidade educacional especial vem romper com essa visão reducionista de educação especial centrada no déficit, na limitação, na impossibilidade do sujeito de interagir, agir e aprender com os demais alunos em ambientes o menos restritivos possíveis. (BRASÍLIA: MEC, Sec. de Ed. Especial p.103)

Cabe ao poder público formular, aplicar e avaliar o ciclo das políticas aplicadas para garantir o direito à educação. Legalmente, está garantido o direito de igualdade de oportunidades. O acesso, a permanência e o desenvolvimento cognitivo e social dos alunos com necessidades educacionais específicas deverão ser fatores primordiais na elaboração dos projetos pedagógicos, conforme consta no Art.28 da Lei Brasileira de Inclusão (LBI, Cap. IV, 2015, p.7), de forma a valorizar e respeitar o ser humano, combatendo assim os preconceitos e discriminações que afetam sua dignidade.

## 4 | CONCLUSÃO

Atualmente, reconhece-se o direito das pessoas com deficiência de exercer sua cidadania, seu papel social. Crianças, jovens e adultos com deficiências necessitam de atendimento específico para desenvolver suas habilidades e competências.

O Atendimento Educacional Especializado que inicialmente foi criado, unicamente, para atender as pessoas com deficiência, ofertando atendimento especializado, passa também a atuar junto a uma equipe multidisciplinar, composta por diversos profissionais da área da saúde, assistência social e educação que, realizando um trabalho cooperativo, dão suporte para proporcionar ao aluno com deficiência o direito de igualdade de oportunidade dentro das instituições de ensino regular.

Apesar dos avanços no campo das políticas públicas inclusivas, algumas mudanças são necessárias para garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem dos alunos com deficiência, no ensino regular:

- I- A reestruturação da construção arquitetônica das instituições de ensino, para permitir o livre acesso às dependências da escola;
- II- a construção de um currículo que atenda às reais necessidades dos alunos;
- III- a parceria das instituições de ensino regular com os profissionais da saúde, assistência social e com a rede de atendimento educacional especializado;
- IV- os investimentos na formação continuada dos professores para capacitá-los para essa nova realidade educacional;
- V- a criação de salas de recursos para atender aos alunos; VI- a elaboração de material didático específico e proposta política pedagógica que valoriza e respeita as diferenças.

As políticas públicas inclusivas são uma realidade no sistema educacional brasileiro. Em consonância com os acordos internacionais, em favor da educação para todos, o Brasil desenvolve ações governamentais, a fim de proporcionar a inclusão dos alunos com deficiência na rede regular de ensino.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (CF/88)** / coordenação Mauricio Antônio Ribeiro Lopes. 3ª ed. rev. e atual. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1988.

BRASIL, **Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)**. (Livro Digital).

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20152018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 16/05/2016.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação - PNE (2014-2024)** Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>. Acesso em: 02/07/2015.

BRASIL. Sec. de Educação Especial. **Saberes e práticas da inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem – deficiência múltipla**. 4. ed. / elaboração profª Ana Maria de Godói – Associação de Assistência à Criança Deficiente – AACD... [et.al.]. – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. (Livro Digital)

BRASIL. Sec. de Educação Especial. **Saberes e práticas da inclusão – recomendações para a construção de escolas inclusivas**. [2. ed.] / coordenação geral SEESP/MEC. – Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 96 p. (Série : Saberes e práticas da inclusão). [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/const\\_escolasinclusivas.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/const_escolasinclusivas.pdf). Acesso em 19/07/2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento subsidiário à política de inclusão** / Simone Mainieri Paulon, Lia Beatriz de Lucca Freitas, Gerson Smiech Pinho. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/docsubsidiariopoliticaeinclusao.pdf> Acesso em 14/07/2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Escola Acessível**. <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/programas-e-acoes?id=17428>. Acesso em 14/07/2016.

DECLARAÇÃO de Salamanca. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 16/dez./2014.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-ago. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>. Acesso em: 13/07/2016.

MANTOAN, Maria Teresa. **O Desafio das Diferenças nas Escolas**. 5 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

PAÍN, Sara. **Diagnóstico e Tratamento dos Problemas de Aprendizagem**. Tradução Ana Maria Netto Machado. – Porto Alegre: Artmed, 1985.

SEN, Amartya; KLIKSBURG, Bernardo. **As pessoas em primeiro lugar – A ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado**. Tradução Bernardo Ajzenberg, Carlos Eduardo Lins da Silva. – São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores**. Tradução Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 1999.

## **SOBRE O ORGANIZADOR**

**Willian Douglas Guilherme:** Pós-Doutor em Educação, Historiador e Pedagogo. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins e líder do Grupo de Pesquisa CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia”. E-mail: [williandouglas@uft.edu.br](mailto:williandouglas@uft.edu.br)

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-375-0

